

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 21/2016

----- Aos onze dias do mês de novembro do ano dois mil e dezasseis, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, estando presentes os Vereadores Carlos Fernando Frazão Correia, João António Lopes Cadoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Carlos Alberto Nazaré Almeida, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- Pelas dez horas e dez minutos, verificando-se a existência de quórum, a Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente reunião. -----

----- Antecedendo o período de Antes da Ordem do Dia e considerando a realização da Assembleia Municipal no dia vinte e seis de novembro, a Presidente da Câmara colocou à consideração dos Senhores Vereadores a antecipação da reunião ordinária do dia vinte e cinco de novembro, para o dia vinte e um de novembro, pelas dez horas, o que foi aceite por unanimidade.-----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Não foram presentes atas para aprovação.-----

----- DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: quinhentos e oitenta e dois mil, duzentos e setenta e nove euros e setenta e dois cêntimos. -----

----- Operações não Orçamentais: cento e quarenta e três mil, trezentos e noventa e nove euros e oitenta e três cêntimos. -----

----- ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO -----

----- ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS-----

----- ALENTEJO – PORTUGAL 2020 – PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO ALENTEJO – EIXO PRIORITÁRIO – DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL – REABILITAÇÃO URBANA – AVISO DE ABERTURA DE CONCURSO Nº ALT20-16-2016-19.-----

----- A Presidente da Câmara apresentou os assuntos para conhecimento de acordo com a documentação e prestou uma breve explicação sobre os mesmos.-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Começou por se reportar ao assunto para conhecimento relativo á possibilidade do município apresentar uma candidatura no âmbito da regeneração urbana ao Portugal 2020, considerando esta oportunidade da maior importância e que deve ser aproveitada para se fazer investimento, e dada a informação que vinham acompanhando da boa gestão que o executivo está a fazer ao nível da redução da dívida, o que significa que a Câmara está em condições reais e concretas de abraçar estes investimentos que são financiados no Portugal 2020 e que terão uma componente nacional que a Câmara terá que assegurar, congratulando-se com essa possibilidade e com a informação dada.-----

----- Seguidamente recordou o Feriado Municipal, uma data histórica e muito importante para todos os riomaiorenses com a homenagem às empresas, ao movimento associativo, ao movimento empresarial e também com iniciativas na área da cultura, com a tradicional Gala de Acordeão, o almoço dos idosos e com a novidade da exposição “Rio Maior na Tela” e quanto a esta referiu que a informação sobre os autores Rui Pinheiro, António Almeida, José Estrela, João Carvalho, Fernanda Falé, Artur Ribeiro, António Rafael, João Miguel e Luís Fernandes, devia ser mais completa, questionando se os riomaiorenses sabiam quem são estes artistas, o trabalho que desenvolvem e o seu currículo artístico, considerando da maior importância a divulgação daquilo que é o orgulho riomaiorense e o sentimento de partilha de uns com os outros, aquilo que é o Know How, a competência e as especificidades pessoais e artísticas de cada um, opinando que faltava, por exemplo, uma fotografia e uma sinopse biográfica dos artistas, informação esta que deveria ser disponibilizada junto das quinze obras expostas.-----

----- Ainda sobre o feriado “6 de Novembro” referiu que deveria também ser um momento de prospectiva de futuro, apesar de honrar e homenagear o passado e as pessoas individuais e coletivas, mas na sua opinião deve ser essencialmente um momento de futuro e de pensamento coletivo e este feriado deveria ter um espaço em que se juntassem todos os riomaiorenses de diferentes áreas, empresários, investigadores, assessores, dirigentes associativos, representantes dos diversos movimentos sociais e culturais, administradores, professores, e alunos um fórum que está a faltar em Rio Maior para uma abordagem sobre “Rio Maior no futuro”, recordando a propósito a “cápsula do tempo” que vai ser aberta no bicentenário do

município, momento este que aponta para o futuro, com a participação dos alunos, mas que também devia ser mais aprofundado.-----

----- Referiu ainda uma recente notícia sobre a disciplina da educação física passar a contar para a média no acesso ao Ensino Superior, opinando tratar-se de uma boa notícia, pois a prática desportiva não deve ser desvalorizada, tanto mais que em Rio Maior existe uma aposta estratégica no desporto e a Escola Superior de Desporto e todos os equipamentos desportivos e a política de desenvolvimento desportivo, numa lógica de olimpismo está assente nesse valor e nessa crença de que o desporto e a prática do exercício físico é um valor humanamente inquestionável, quando se quer atingir resultados a nível desportivo e competir com outros países e outras organizações opinando que esta disciplina deve ser valorizada no espaço escolar, pois é tão importante quanto as outras, sendo revelador daquilo que poderá ser o futuro nas escolas.-----

----- Deixava um alerta para a Senhora Presidente e para a Senhora Vereadora com o Pelouro da Educação, para que esta informação seja aprofundada e trabalhada para que as escolas do concelho e o sistema educativo municipal possam acompanhar com a equidade necessária, esse aspeto, tendo em vista o futuro e ainda a criação de atletas ao mais alto nível que possam representar o município de Rio Maior e o País nos eventos internacionais.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Começou por questionar qual a razão das crianças dos Centros Escolares não terem transporte para as piscinas. Questionou também se já havia desenvolvimento no que respeita ao problema do IC2 e sendo um problema que se vai arrastar ao longo do tempo, gostaria de saber que medidas de prevenção e proteção estão a ser estudadas para serem implementadas em defesa da população de Asseiceira e também para pressionar a resolução deste problema que não beneficia a ninguém, pois se apenas se contar com o civismo dos automobilistas e dos peões, não se conseguirá resolver o problema base que é a segurança das pessoas. Terá de haver um plano urgente de intervenção relativamente á redução da velocidade e arranjar outros caminhos alternativos, pois nem todos os veículos têm de passar obrigatoriamente por dentro da freguesia. Perguntou também o ponto da situação sobre a reunião que a Senhora Presidente da Câmara teve com o Secretário de Estado das Infraestruturas, relativamente à requalificação da EN 114 desde a A15 até ao Gato Preto e sobre a situação do IC 2, cuja qualidade do piso é um perigo, assim como a sinalização existente está desajustada e desatualizada.-----

----- De seguida congratulou-se com a oportunidade das candidaturas aprovadas e

opinou que tudo o que vier para requalificar e reabilitar é bom, nomeadamente, Casa Senhorial, Paço Real, Praça do Comércio e zona envolvente, referindo no entanto que o “ Portugal 2020” está com dois anos de atraso, sendo urgente que todo o processo avance pois contribuirá para a vitalidade das economias local e nacional.-----

----- Sobre as comemorações dos cento e oitenta anos do concelho, afirmou que começa a ser característico de um comportamento político e seria do ponto de vista político que iria falar, ou seja, o concelho de Rio Maior nestes cento e oitenta anos teve como tudo, altos e baixos, cabendo sempre a uma autarquia “puxar para cima”, ou seja encontrar aqueles elementos que são agregadores e que valorizam a sua história. E a propósito reportou-se ao vídeo apresentado que veio provar aquilo que infelizmente tem vindo a constatar em particular no último ano, que é a tentativa de encostar ideologicamente á direita a gestão da autarquia. Disse que refletiram muito sobre esta questão e o importante é não esquecer a História com H e para o bem e para o mal, foi a posição geoestratégica de Rio Maior que contou, quer no “13 de Julho” quer no “25 de Novembro”, e isso é um dado sobre o qual não há nenhuma dúvida, podendo estar-se ou não de acordo, mas aconteceu. Referiu também que a História se encarregará de fazer o julgamento adequado, uma vez que passaram quarenta e um anos desse acontecimento, e Rio Maior pouco teve a ver com isso do ponto de vista das suas gentes, foi sim a sua posição geoestratégica, que é um dos vetores fundamentais para alicerçar o desenvolvimento local. Assim, parecia-lhe ser um retrocesso civilizacional pegar em elementos que são “acepipes da história com h pequeno”, que é o caso da moca de Rio Maior e voltar a fazer a conotação e a detonação sobre Rio Maior terra da moca”, opinando que o que é importante é chamar a atenção deste executivo para o facto de se chamar a Rio Maior terra da moca, questionando se isso acrescenta alguma coisa para o seu desenvolvimento, num momento em que Rio Maior está numa prospetiva de futuro, não lhe parecendo ser importante, seja onde for, conotar uma terra a uma moca, mas sim a outras situações, tais como os riomaiorenses nobres e nesse aspeto o vídeo esqueceu-se de um dos maiores vultos ou até dos mais importantes do ponto de vista cultural, porque Rio Maior teve a primeira revista com caráter periódico, assim como também não foi feita nenhuma referência sobre a mais antiga coletividade, o Cine Clube de Rio Maior, mas no entanto referenciava o assalto ao PCP que é uma questão história, não havendo nada a dizer, mas vira lá também a moca sobre a mesa, salientando que a vida é feita de símbolos e de sinais e Rio Maior não precisa da moca como exemplo caracterizador da comunidade riomaiorense.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes.-----

----- Começou por abordar os assuntos para conhecimento salientando a questão da abertura de concurso do “Portugal 2020” onde aparece uma janela de oportunidades para investimentos no concelho de Rio Maior, lembrando o que considerava serem as duas prioridades para o concelho de Rio Maior, nomeadamente os investimentos necessários no setor da água, devendo aproveitar-se esta oportunidade, evitando assim que daqui a uns anos volte a reunião da Câmara, já numa situação de limite para os autarcas decidirem contra as populações de forma a que arranjem verbas para investir, sendo esta uma oportunidade a aproveitar e como foi o compromisso da Senhora Presidente e como está patente no orçamento para dois mil e dezassete, e com esta oportunidade nada justifica que se volte a fazer aquilo que foi feito numa situação limite. -----

----- A outra prioridade é a requalificação da EN 114 no troço Gato Preto – Rotunda da A15, compromisso celebrado com o Governo e que tem sido esquecido, mas que agora deve ser lembrado e Rio Maior tem neste momento obrigação de manifestar essa disponibilidade para investir naquilo que considera essencial, de acordo com o protocolo oportunamente assinado, sendo este um dos investimentos prioritários para o concelho de Rio Maior e que se cativem todas as verbas disponíveis para realização destes investimentos e deixar a ideia de que se tem de fazer obras porque é ano eleitoral, dado que as obras têm de ser feitas e vai-se investir naquilo que é fundamental e nesse sentido terão sempre o apoio do PS.-----

----- Terminou a intervenção felicitando a Câmara Municipal pela forma como decorreram as comemorações do feriado “6 de Novembro”, destacando no dia 5 de novembro a atribuição do nome do Dr. Albino Maria ao Auditório da Desmor, recordando assim um colaborador da autarquia a que Rio Maior muito deve, e congratulou-se que a Câmara tenha assumido este compromisso o que dignifica o concelho de Rio Maior. Opinou que a cerimónia decorreu com muita dignidade e emoção e acreditava que se quisera valorizar esta ação com um trabalho sobre o investimento público ao longo de cento e oitenta anos do concelho de Rio Maior, trabalho que poderá ser sempre melhorado e não o querendo denegrir ressaltou que o “6 de Novembro” foi compreendido pelos Riomaiores há muitos anos, como a data de criação do concelho de Rio Maior, uma data de união, de afetividade e partilha entre todos, mas com um objetivo comum, a valorização do concelho de Rio Maior e não via necessidade de, tal como em família e nos grupos de amigos, quando os momentos de afetividade existem, em que se quer a união de todos, evocar momentos menos felizes e em que houve divisão, devendo sim ser evocado aquilo que une e que é importante para a vida coletiva. Disse também não querer de forma alguma esconder o que fora o “13 de julho” e a situação da moca, mas na sua opinião o “6 de

Novembro” é uma data de união, sendo mesmo dispensável evocar situações que possam ser motivo de divisão, uma questão de respeito pelos outros, sendo esta uma situação que pode ser melhorada e lembrou a sugestão dada pelo Vereador Daniel Pinto de pensar em todos os riomaiorenses que estão fora do concelho e que o enobrecem e distinguem, tal como foi feito com os artistas locais, felicitando a Vereadora Ana Figueiredo por essa iniciativa que considerou da maior importância.-----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes.-----

----- Iniciou a intervenção regozijando-se com o sucesso da terceira edição da “Noite dos Arrepios”, com aproximadamente mil visitantes e com a participação de quinze colaboradores desta autarquia, os quais não olharam a credos ou fações políticas/partidárias, e que por sua iniciativa e a troco de “nada” participaram e ainda os voluntários que também não olharam a credos porque se tem que pôr acima das convicções pessoais, os interesses do concelho e daquilo que se quer e acha que deve ter o concelho de Rio Maior.-----

----- Relativamente ao acontecimento “Rio Maior na Tela” referiu que fora uma forma de virar para o exterior uma galeria de arte e mostrar algumas das telas que foram feitas ao longo dos tempos por alguns riomaiorenses de nascimento, adoção ou ainda outros que passaram por Rio Maior mostrando as suas obras. Ainda irão decorrer uma série de outros eventos ao longo do ano relacionados com as comemorações dos cento e oitenta anos, onde se pensa incluir uma brochura relativa aos pintores cujas obras se encontram nas ruas da cidade, pois é importante dar a conhecer a vida e obras dos pintores referenciados.-----

----- Quanto á “Cápsula do Tempo”, referiu que foi uma forma de envolver as escolas e pôr a pensar os alunos do 9º Ano sobre o presente e como será o futuro, opinando que seria interessante que do grupo de alunos que atualmente pertencem ao 9º Ano, alguns deles estivessem nos lugares deste executivo, quando se proceder á sua abertura.-----

----- No que respeita ao documentário dos cento e oitenta anos trata-se de um produto que ainda não está concluído, felicitando as Técnicas Superiores Dra. Carla Barata e Sónia Rebocho pelo exaustivo trabalho que fizeram de pesquisa não só em documentos que se encontram na Biblioteca Municipal, mas também na Torre do Tombo e Biblioteca Nacional, contudo nem sempre o tempo joga a favor da autarquia e houve necessidade de fazer um resqúcio do documentário que está numa fase de reorganização e de inclusão de outras peças que aqui foram faladas e que constam do texto inicial feito pelas citadas Técnicas Superiores.-----

----- Sobre a sugestão que o Vereador Daniel Pinto já referira em anos anteriores

relativamente a reunir todos os riomaiorenses, considerou que seria interessante e referiu que já abordara esse assunto com a Senhora Presidente, mas trata-se de um trabalho moroso que vão tentar levar a bom porto.-----

----- Deu conhecimento que no dia vinte e sete de outubro e no dia três de novembro no Canal 2 da RTP, pelas onze horas e trinta minutos passaram dois episódios relativos à Reforma Agrária passada nos anos setenta e nesse programa, um primeiro feito essencialmente com os testemunhos de pessoas do Alentejo, o segundo com o testemunho de pessoas mais a Norte do País, onde se encontravam imagens de Portugal e de Rio Maior da época, sendo algumas delas as que passaram no documentário e ainda o testemunho do riomaiorense, Senhor Nazaré Gomes e de outros ribatejanos ligados aos movimentos que aconteceram na altura, portanto não queria politizar o que aconteceu ou não e concorda com o Vereador Carlos Nazaré quando este refere que se deve valorizar o que “nos une e não o que nos separa”, contudo quer se queira, quer não, são momentos da história, uns gostam e outros não e a democracia é feita disso mesmo e o facto de estarem sentados lado a lado também é o reflexo da democracia e do respeito que há de uns pelos outros.-----

----- Sobre o transporte dos alunos para as Piscinas informou que se encontram a decorrer os procedimentos para aquisição de um novo autocarro, pois o autocarro que o município tem ao dispor não permite transportar crianças com menos de doze anos, nomeadamente as crianças do Pré-Escolar e do 1º Ciclo. Informou ainda que são os alunos das escolas da cidade da atividade de iniciação ao meio aquático e da natação que o fazem neste 1º período, referindo também que esta atividade irá ser posta à disposição para as restantes escolas do concelho, a partir de janeiro. Disse ainda que os alunos já se deslocam a pé no âmbito de outras atividades dos Centros Escolares tais como para visitarem a Casa Senhorial ou o Jardim, referindo que os citados Centros Escolares não se encontram assim tão distantes do complexo desportivo.-----

----- Quanto ao comentário do Vereador Daniel Pinto sobre a valorização da disciplina de Educação Física no currículo do Ensino Secundário, lembrou que em tempos a nota desta disciplina contava para a média de acesso ao Ensino Superior e foi uma medida tomada pelo Governo de Coligação presidido por Durão Barroso e fora objetos de várias contestações não só por parte dos encarregados de educação como dos próprios alunos, sendo retirado do cálculo da média pela Ministra da Educação Maria de Lurdes Rodrigues, estando a ser repensada, também pela luta dos docentes de educação física. Opinou que a prática desportiva e o desenvolvimento do sentido estético e artístico dos alunos é fundamental para o desenvolvimento integral, enquanto jovens e futuros alunos do País para uma melhor aplicação de conhecimentos.-----

----- Terminou a intervenção referindo o aproximar da época natalícia e as atividades habituais, como o “Natal na Cidade” e os já famosos “Presépios de Sal”, salientando que todos se sentem felizes e honrados pela dimensão que já atingiu, daí cada vez ser mais importante os meios e as formas de divulgação, sendo o exemplo os “Presépios de Sal”, dado que já existem centenas de marcações para o evento, o que vai exigir da parte dos serviços um trabalho muito exigente, sem dias de folga, e com o acumular de horas de trabalho, mas como é feito com agrado e de uma forma feliz e porque também se revêm naquilo que ajudaram a construir, pois também são eles que levam o sucesso deste evento a todo o País. Disse ainda que estava ansiosa para ver os outdoors relativos aos “Presépios de Sal”, tal como existem os da Frimor e os das Tasquinhas, esperando que estes sejam o reflexo das Salinas de Rio Maior e daquilo que as individualiza e as torna únicas, associadas á época natalícia e ao sal.-----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Interveio para se reportar ao Feriado Municipal e congratulou-se pela forma como decorreu e também pela adesão dos riomaiorenses ás comemorações, a qual tem vindo a aumentar de ano para ano. Salientou também a realização do almoço dos idosos, a Sessão Solene e a homenagem feita ao Dr. Albino Maria que muito contribuiu para Rio Maior na área desportiva. -----

----- Quanto á intervenção do Vereador Daniel Pinto agradeceu as palavras proferidas e referiu que neste momento, já se discute o pormenor, o que é um bom sinal e é de enaltecer. Sobre a questão da inclusão da nota da disciplina de educação física na média de acesso ao Ensino Superior, deixou uma reflexão, ou seja, na sua opinião o que é importante, em termos de educação física, desde o pré-escolar até ao ensino secundário, é criar em cada um dos alunos a necessidade de praticar atividade física ao longo da vida, e isso é o mais importante, pois a alta competição é a outra parte do desporto e sendo a educação física uma responsabilidade do Ministério da Educação, todas as medidas que visem criar esta necessidade para o futuro são boas, pois todos os jovens a praticam, complementando-a nos clubes, e se a medida em causa contribuir para isso, então considera que a mesma é uma boa medida.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Relativamente ao IC2 lamentou que, apesar de no dia trinta e um de outubro ter contactado via telefone o responsável pelas Estradas de Santarém, este informara-o que encaminhara o email para os serviços centrais e que até há presente data não tinha sido possível marcar a reunião e como tal não iria fazer mais comentários, dando razão ao Vereador Augusto Figueiredo quando manifesta a sua preocupação

relativamente ao que se passa dentro da localidade de Asseiceira e no IC2. Frisou não ser por falta de empenho deste executivo que o assunto ainda não se resolvera e disse que ficara extremamente magoado com o Poder Central porque a uma cidadã deram uma resposta num curto prazo e a autarquia continua a aguardar.-----

----- Sobre o feriado “6 de Novembro” referiu que todos estavam de parabéns pela forma como decorreu e quanto ao documentário opinou que uma coisa era aqueles que viveram e estavam em Rio Maior e que acompanharam o assalto às sedes, os tiros e a destruição de carros, entre outras situações, outra coisa são aqueles que não estavam em Rio Maior, por diversas razões, não assistiram aos acontecimentos e que depois são os detentores da verdade. Recordou também que quando saíam do concelho de Rio Maior tinham de retirar as placas dos carros identificativas do concelho e quando iam fazer aquisição de palha e de animais no Alentejo, tinham que dizer que eram de Almeirim ou Alpiarça e nunca de Rio Maior, mas a democracia amadureceu e não vale a pena andar a culpabilizar “A ou B”, porque todos cometeram erros e a democracia é a liberdade e não há uns mais democratas do que outros porque o facto de estarem ali presentes várias forças políticas prova que a democracia em Portugal após quarenta e oito anos está sólida.-----

----- Relativamente ao documento sobre as candidaturas ao “Portugal 2020” este reflete duas das obras que já estão adjudicadas e duas com concurso já a decorrer, assim como as outras que se vão seguir, frisando que a Câmara não tem estado desatenta e lamentou que este Governo que se encontra em funções há um ano não tenha tomado uma iniciativa e continuou o trabalho de marcha atrás que já vinha do Governo anterior, pois este programa está com dois anos de atraso e a culpa é transversal aos vários Governos.-----

----- Terminou a intervenção reportando-se às notícias publicadas no Jornal Região de Rio Maior sobre o IC2, considerando-as ótimas para alertar para a situação, no entanto lamentou o facto de terem estado no local pessoas com funções no atual Governo e que ainda não tenham tido o bom senso de tentar resolver o problema, mas ainda bem que vieram a Rio Maior verificar a situação “in loco”.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Iniciou a intervenção referindo que também vira na Comunicação Social referência a um evento do Partido Socialista com a visita ao concelho de Rio Maior, de dois Deputados eleitos pelo Distrito de Santarém, em que um deles é membro da Comissão de Obras Públicas e que se deslocaram a Asseiceira, acompanhados pelo Vereador Daniel Pinto verem “in loco” o problema existente em Asseiceira, referindo que tem visto algumas intervenções dos Senhores Deputados sobre a discussão na especialidade do Orçamento de Estado para dois mil e dezassete e não vira, da parte

dos Deputados do PS que estiveram no concelho e que foram analisar aquele problema, na discussão com o Ministro das Obras Públicas, intervenção sobre este assunto, mas poderia ser lapso seu, dado que já está previsto em Orçamento de Estado.-----

----- Informou o Vereador Augusto Figueiredo que a reunião com o Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas solicitada em julho, realizar-se-á no dia vinte e dois de novembro. Informou que os assuntos a tratar serão os relativos ao IC2 e à requalificação da EN 114. -----

----- Sobre as comemorações do Feriado Municipal congratulou-se com a forma como estas decorreram referindo que os dias 5 e 6 de novembro foram dois dias que “encheram a alma” aos riomaiorenses e a todos os que acompanharam as cerimónias e deram o seu contributo, sendo Rio Maior que agradece.-----

----- Relativamente á intervenção do Vereador Augusto Figueiredo sobre o virar á direita da autarquia, referiu que essa “carapuça não lhe assenta” porque o único sítio onde encosta, e as vezes que forem necessárias, é sempre na defesa dos interesses do concelho de Rio Maior. Também sobre o facto do “Portugal 2020” estar com dois anos de atraso, referiu que não lhe viessem dizer que só estavam a fazer obra porque estavam em véspera de eleições, frisando que só as podem fazer quando têm condições para isso e a autarquia está com essas condições e também não pode ser esquecido que existem procedimentos que demoram o seu tempo. Referiu ainda que utiliza as redes sociais com moderação e apenas responde quando isso tem alguma lógica e sobre a noticia do CM respondera que no dia em tomara posse jurou trabalhar do primeiro ao último dia do mandato, pois ainda falta um quarto do mandato, e se esperam que cruze os braços e que não faça nada neste tempo que ainda falta, então estão enganados, salientando que irá trabalhar até ao último dia, tal como aconteceu no mandato anterior, pois recebe para trabalhar até aos últimos dias do seu mandato e que vai para além das eleições. Disse também que o atraso do Quadro Comunitário não era da responsabilidade do executivo e espera o apoio e colaboração de todos que compõem esta Câmara, até ao último dia do mandato.-----

----- Informou o Vereador Carlos Nazaré que algumas das situações relativas ao setor das águas não têm enquadramento no “Portugal 2020”, apesar de esperar que isso possa ser contemplado a curto prazo. Disse também que numa reunião realizada no Alentejo, com os cinquenta e oito Presidentes de Câmara, as questões mais transmitidas ao Senhor Ministro foram relativas á rede viária e também a necessidade de requalificar e de fechar algumas malhas. Também espera que haja alteração na posição relativa a “alcatrão zero” e ainda na gestão do Ciclo Urbano da Água dado que a rede de distribuição tem que ser substituída para reduzir e combater o maior

problema existente que é o controle das perdas de água, pois a rede está envelhecida e não suporta o aumento da pressão da água, daí esperar que haja enquadramento destas situações no novo quadro.-----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO I - DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 35º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** -----

----- Não foram presentes Despachos para ratificação.-----

---- **PONTO II - PAGAMENTO DE FATURA DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES, EM NOME DE CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA DE JAIME GUEDES DE SOUSA VARELA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar o pagamento da fatura nº. 86737 do processamento de Julho/2016 no valor de 156,19€, em 4 prestações. -----

-----**INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PONTO III – PROCESSO DISCIPLINAR – RELATÓRIO FINAL** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, tendo como base o relatório final da instrutora do processo e o despacho da Sra. Presidente, a Câmara Municipal, deliberou, ao abrigo do nº 4 do artigo 197º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela lei nº 35/2014, de 20 de junho, aplicar ao trabalhador Jorge Manuel Henriques Mateus a sanção de suspensão pelo período de 20 dias, deliberando ainda a suspensão da execução da sanção disciplinar aplicada pelo período de 2 anos. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com uma abstenção do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo.-----

.----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida subscrita pelo Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto**, que se transcreve na íntegra:-----

----- “Votamos favoravelmente esta proposta porque o processo está muito bem instruído e de facto no seu entender esta suspensão deve mesmo existir porque relativamente á queixa e se o funcionário tem efetivamente negado e se tem tido algum apoio jurídico esta situação não se colocava porque é uma situação entre particulares e que não deve estar relacionada com a Câmara Municipal de Rio Maior, e nesse sentido considero que a suspensão da situação se aplica porque também no

meu entender é um funcionário que merece muita consideração porque, independentemente dos lapsos e dos erros de que qualquer um de nós como funcionário e no exercício das funções está sujeito, penso que também tem contribuído bastante para valorização dos serviços da Câmara Municipal de Rio Maior.”-----

----- **PONTO IV – CERTIFICAR AUMENTO DE COMPARTES EM CASAIS QUINTINOS – ASSEICEIRA – FREGUESIA DE ASSEICEIRA, EM NOME DE VITOR MANUEL FERREIRA DA SILVA, CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA DE JOÃO BERNARDO DA SILVA – PROCESSO Nº 159/2016** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação em apreço, certificar que não se vê inconveniente na constituição de compropriedade ou no aumento de compartes para o prédio rústico, sito em Casais Quintinos, na Freguesia de Asseiceira, inscrito na matriz sob o artigo 24 da Secção BQ, na medida em que deste pedido não resulte qualquer indício de que seja violado o atual regime legal dos loteamentos urbanos, de acordo com as disposições contidas no Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 09 de Setembro. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.--

----- **PONTO V – CERTIFICAR AUMENTO DE COMPARTES EM MOINHO CAIADO – ALCOBERTAS, FREGUESIA DE ALCOBERTAS, EM NOME DE AMARINO ANTÓNIO CARLOTO CALDEIRA – PROCESSO Nº 165/2016** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação em apreço, certificar que não se vê inconveniente na constituição de compropriedade ou no aumento de compartes para o prédio rústico, sito em Moinho Caiado, na Freguesia de Alcobertas, inscrito na matriz sob o artigo 29 da Secção F, na medida em que deste pedido não resulte qualquer indício de que seja violado o atual regime legal dos loteamentos urbanos, de acordo com as disposições contidas no Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 09 de Setembro.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.--

----- **PONTO VI – CERTIFICAR AUMENTO DE COMPARTES EM VALE TEIRA – ALCOBERTAS, FREGUESIA DE ALCOBERTAS, EM NOME DE AMARINO ANTÓNIO CARLOTO CALDEIRA – PROCESSO Nº 166/2016** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, deliberou em face da informação em apreço, certificar que não se vê inconveniente na constituição de propriedade ou no aumento de compartes para o prédio rústico, sito em Vale Teira, na Freguesia de Alcobertas, inscrito na matriz sob o artigo 67 da Secção J, na medida em que deste pedido não resulte qualquer indício de que seja violado o atual regime legal dos loteamentos urbanos, de acordo com as disposições contidas no Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 09 de Setembro.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PONTO VII – CERTIFICAR AUMENTO DE COMPARTES EM CHARNECA – ALCOBERTAS, FREGUESIA DE ALCOBERTAS, EM NOME DE AMARINO ANTÓNIO CARLOTO CALDEIRA – PROCESSO Nº 167/2016** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação em apreço, certificar que não se vê inconveniente na constituição de propriedade ou no aumento de compartes para o prédio rústico, sito em Charneca, na Freguesia de Alcobertas, inscrito na matriz sob o artigo 103 da Secção J, na medida em que deste pedido não resulte qualquer indício de que seja violado o atual regime legal dos loteamentos urbanos, de acordo com as disposições contidas no Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 09 de Setembro. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.----

----- **PONTO VIII – VISTORIA DE SALUBRIDADE EM RUA DA ESCOLA DE CIMA – ARROUQUELAS, FREGUESIA DE ARROUQUELAS, EM NOME DE JUNTA DE FREGUESIA DE ARROUQUELAS – PROCESSO Nº 225/2015** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face as informações supracitadas, notificar o proprietário do prédio sito em Rua da Escola de Cima, em

Arrouquelas, para no prazo de 90 dias proceder a demolição do resto das estruturas aí existentes e vedação do terreno através de parede/muro, após prévia comunicação a Câmara Municipal para controle prévio da solução adotar.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PONTO IX – RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DO PAEL - 3º TRIMESTRE DE 2016** ---

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é nos termos da informação e parecer em apreço, remeter à Assembleia Municipal, entidade competente para monitorizar e acompanhar o PAEL, o relatório de acompanhamento referente ao 3.º trimestre de 2016, onde consta o mapa de execução trimestral das medidas previstas no PAF, nos termos do definido na alínea a), do n.º1, do art.º 12.º da Lei 43/2012, de 28 de Agosto.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Referiu quanto a este assunto que tem que voltar a manifestar a sua opinião no sentido de que estão a lutar para que estas medidas sejam abolidas, nomeadamente a Lei dos Compromissos e o FAM e não podia perder a oportunidade de dar a verdadeira “martelada” porque o PAEL foi um programa de apoio à economia local, e isso não se refletiu aí, mas também do ponto de vista da sociologia dos números e da antropologia do texto, evidencia a opção política do atual executivo e recomendou a leitura do mapa quanto ao impacto na receita e onde se analisa o “obsceno” aumento dos resíduos, do saneamento básico, já para não falar no inaceitável aumento da água, pelo que utilizaria sempre todos os tempos de intervenção para chamar a atenção destas questões, frisando ser um documento muito bem elaborado, sendo um magnífico espelho da realidade, um instrumento de intervenção política fabuloso, referindo ainda que, como tem sido norma, iria abster-se na votação.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Interveio para dizer que o que estava em causa era a aprovação de um relatório que os serviços fizeram, cumprindo a Lei, ressaltando da leitura dos quadros realidades que no seu entender têm que ser corrigidas, considerando os compromissos políticos para as corrigir. Relevou que do executado em trinta de setembro, em determinadas áreas como o tarifário da água e resíduos sólidos, a receita prevista já se ultrapassou, o que dá a folga necessária para o compromisso existente, pois efetivamente quando foi necessário votar ao lado da maioria o aumento da água para que se fizesse o investimento, votou, e agora, com toda a legitimidade,

pedia á Senhora Presidente para que se cumpra mais uma vez a palavra, e que se baixe o preço da água, dado que o objetivo foi atingido. Não iria fazer outro tipo de aproveitamento desta situação, frisando mais uma vez que participaram em todo o processo para que se conseguisse essas condições e espera que o compromisso se cumpra, agora que foram atingidos os objetivos, e se deixe de honrar os munícipes porque há folga suficiente para que isso aconteça.-----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Interveio para dizer que o PAEL em termos do impacto que tem nas contas municipais e em tudo o que envolve toda a gestão municipal é insignificante, salientando no entanto um quadro relativamente aos pagamentos em atraso e que o deixava extremamente satisfeito por pertencer a esta maioria, pois demonstra a gestão financeira que tem sido feita, com a diminuição da dívida e continuação dos investimentos, um quadro que vem desde dois mil e doze e onde pela primeira vez em dois mil e dezasseis não aparecem os pagamentos em atraso pois estão a baixo dos noventa dias, situação que também beneficia a economia local.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Sobre o PAEL subscreveu as palavras do Vereador Lopes Candoso que fez uma leitura “fria” mas extremamente correta. Quando o Vereador Augusto Figueiredo fala num grande aumento nos resíduos sólidos e no saneamento, não pode ser esquecido que de acordo com a legislação em vigor e com o ERSAR, todos os aumentos são indexados ao custo da água, portanto não se pode subir a água ou descer sem mexer com as outras duas situações. Frisou também que não pode ser esquecido que no ano de dois mil e quinze e com reflexos em dois mil e dezasseis, o município de Rio Maior já pagou cerca de milhão e meio de euros para investimentos no setor da água, concretamente Arco da Memória, Vila da Marmeleira, entre outras obras já realizadas, para além daquelas que estão a decorrer, ou seja, o aumento da receita que houve foi necessário para fazer o referido investimento, e, como já disse a Senhora Presidente, e bem, se o “Portugal 2020” se não for alterado, todos os municípios que queiram reduzir as perdas de água têm que arranjar receitas próprias, onde quer que seja, para o conseguirem.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- De novo no uso da palavra agradeceu o apoio do Vereador Carlos Nazaré num momento difícil sendo legítimo que também o tenham num momento em que podem aliviar os consumidores. Informou que já foi enviado para o ERSAR um primeiro projeto de revisão dos tarifários, estando a aguardar uma resposta, para que o assunto seja presente a uma próxima reunião e as coisas não acontecem porque o executivo quer, sendo uma questão de gestão e as decisões que foram tomadas foram com

base em estudos de sustentabilidade do sistema da água, e se existem decisões difíceis de tomar, todos sabem que estas são das mais difíceis, quer enquanto gestora de dinheiros públicos, quer enquanto consumidora de água.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com uma abstenção do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo.-----

----- **PONTO X – CPCTJ – COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE RIO MAIOR - DISPONIBILIZAÇÃO DE FUNDO DE MANEIO TRANSFERIDO PARA O MUNICÍPIO – ALTERAÇÕES À LEI Nº 147/99, DE 8 DE SETEMBRO** -----

---- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da informação emitida, autorizar a constituição de fundo de maneiio para 2016, no valor mensal de **102,00 €** (cento e dois euros), na Unidade Financeira e de Ação Social, sendo o seu titular – Dr.^a Catarina Alexandre Lopes Gomes.-----

-----**INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

---- Não foram efetuadas inscrições para intervenção.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PONTO XI - CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO PARA OCORRER A DIFICULDADES DE TESOURARIA NO ANO 2017** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação emitida e nos termos dos artigos 49.º e 50.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, propor à Assembleia Municipal a autorização para a contratação, em 2017, de empréstimo de curto prazo até ao montante de 900.000,00€, com prazo até 31 de dezembro do mesmo ano, taxa de juro indexada à Euribor a 6 meses e Spread de 0,7%, ao Banco Português de Investimento.-----

-----**INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Referiu que iria votar a favor porque se trata de um instrumento de gestão e tem a vantagem de que não contribuir para a taxa de endividamento e portanto este executivo não poderá vir a dizer que num ano de eleições não tem dinheiro para fazer obras.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PONTO XII – APRECIÇÃO E SUBMISSÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE DISSOLUÇÃO DA LT- SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA, EM, (LT-SRU)** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, considerando que a LT-

SRU desempenhou desde 21 de dezembro de 2009 até à celebração do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, celebrado em 01 de Julho de 2015, um papel importante no âmbito da satisfação de necessidades coletivas da população deste concelho e também de outros concelhos vizinhos, nomeadamente nas atividades de programação e reabilitação urbana, sendo evidente, que a sua ação em prol dos interesses dos municípios foi positiva e real, sendo uma ação de acordo com o interesse público. -----

Sucedo que, conforme se constata pelos considerandos emanados da reunião do Conselho de Administração da LT-SRU de 25 de Setembro de 2014 e bem assim, da fundamentação constante do ponto 2 do Projeto de Dissolução (Anexo 1), a empresa encontra-se em situação de incumprimento da legislação atualmente em vigor, devendo ser desencadeados os procedimentos tendentes à respetiva dissolução e liquidação.-----

Tais procedimentos passam pela celebração de Acordo de Partilha de Bens cuja minuta é parte integrante do Projeto de Dissolução e Liquidação), a celebrar entre a Câmara Municipal e os restantes sócios da LT-SRU, conforme consta no Anexo ora junto.-----

Assim, tenho em conta o disposto art.º 61º, nº 1 e 2, conjugado com o disposto no artigo 22º, nº1 todos, da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, caberá às Assembleias Municipais de todos os Municípios participantes na LT-SRU, a aprovação da sua dissolução.-----

Pelo exposto, **propõe-se que a Câmara Municipal, no estrito cumprimento da lei, delibere** propor à Assembleia Municipal, nos termos das disposições combinadas do artigo 62º, nº 1, alíneas a) e b) da Lei nº 50/2012 bem como, nos termos dos artigos 22º, nº1 e 61º, nº2 do respetivo regime legal, a dissolução da LT-SRU, nos termos do Projeto de Dissolução e Liquidação ora anexo, para que posteriormente a Câmara Municipal proceda à celebração do Acordo de Partilha de Bens juntamente com os restantes Municípios participantes. -----

-----**INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO**-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Referiu ser com alguma mágoa que vê esta dissolução porque acompanhou a criação das Sociedades de Reabilitação Urbana e também de toda a expectativa que elas representavam para os municípios. Lembrou que as mesmas apareceram antes da “crise” despoletar e elas representavam a possibilidade de reabilitação dos centros históricos das zonas degradadas das cidades e dos meios urbanos, em geral. Também estava previsto haver outros parceiros, nomeadamente, proprietários e empreiteiros para participarem nos projetos de recuperação. Também estava previsto

aproveitar Fundos Comunitários e Linhas de Crédito especializadas, mas com a crise no setor imobiliário, com as dificuldades que os municípios tiveram de investimento, com todo enquadramento que existiu de cortes, chegou-se a este processo. Disse também que estas empresas foram importantes essencialmente pelos estudos e na projeção de algumas candidaturas que alguns municípios tiveram a coragem de avançar sozinhos, mas efetivamente não se tornam viáveis no enquadramento existente, mas acredita que no futuro haja condições que permitam retomar este processo de desenvolvimento e de progresso que previa parcerias e espírito de entreajuda e cooperação.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Iniciou a intervenção opinando que as Sociedades de Reabilitação Urbana foram uma moda e lamentou haver em Portugal uma alteração sistemática de políticas nacionais, acabando por se refletir nas autarquias, o que revela que a competência da regeneração urbana e do ordenamento do território deve acima de tudo estar no poder democraticamente eleito pelo Povo que são as Câmaras, mas a “gerigonça” criada na altura, para permitir determinado tipo de fuga ao controle democrático, as comissões intermunicipais, não foram capazes de responder a tanto conflito de interesses, frisando que estava de acordo com esta dissolução, bem como com a regionalização para se distribuir á região e aos municípios, a sua competência no âmbito do ordenamento do território e da regeneração urbana.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PONTO XIII – PROTOCOLO ENTRE A CIMLT E O MUNICÍPIO DE RIO MAIOR DESTINADO À PROMOÇÃO DA ELABORAÇÃO DO ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA, PARA A CONSTITUIÇÃO DE UMA EMPRESA INTERMUNICIPAL PARA A DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA PELOS MUNICÍPIOS ASSOCIADOS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, deliberou nos termos e fundamentos constantes da comunicação emitida, aprovar a minuta de protocolo a celebrar com a CIMLT, destinado à promoção da elaboração do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira, para a Constituição de uma Empresa Intermunicipal para a Distribuição de Energia pelos Municípios Associados-----

-----**INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Quanto a este ponto referiu que nesta área há muito pouco conhecimento e da maneira como os municípios, as autarquias e os portugueses estão a pagar com um dos maiores sorvedores dos impostos dos autarcas e considera que é necessário um estudo, apesar de terem algumas reservas, mas como a decisão política da CDU tem

que assentar em fatores objetivos, e não apenas nos subjetivos, iria votar a favor.----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.-

----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida subscrita pelo Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto**, que se transcreve na íntegra:-----

----- “Votei favoravelmente esta proposta porque só em associação com outros municípios se arranja a escala necessária para fazer este estudo de forma viável.”-----

----- **PONTO XIV – APROVAÇÃO DE MINUTAS – REQUALIFICAÇÃO DO NÚCLEO HISTÓRICO DO PAÇO REAL – FASE A** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face à informação emitida, aprovar as minutas dos contratos relativos à empreitada em apreço.-----

-----**INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PONTO XV – CONCURSO PÚBLICO – PROCESSO Nº 42/2016/CP – “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A REALIZAÇÃO DE TRANSPORTES ESCOLARES PARA O ANO LETIVO 2016/2017” – ALTERAÇÃO AOS CIRCUITOS ESPECIAIS ESCOLARES – APROVAÇÃO DA MINUTA DE CONTRATO RELATIVO A SERVIÇOS A MAIS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face à informação emitida, aprovar a minuta do contrato relativo aos serviços a mais em apreço.-----

-----**INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com uma abstenção do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo.-----

----- **PONTO XVI – EMPREITADA DE “REFORÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO CONCELHO DE RIO MAIOR – LOTE 1” – CONTA FINAL DEFINITIVA”** - -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos e fundamentos constantes da informação emitida, aprovar a conta final da empreitada, elaborada com índices de revisão de preços definitivos.-----

-----**INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PONTO XVII – SIFUCEL SILICAS, S.A. – EMISSÃO DE DECLARAÇÃO FAVORÁVEL OU FAVORÁVEL CONDICIONADA À EXISTÊNCIA DA FUTURA CONCESSÃO – PEDIDO DE PARECER SOLICITADO PELA DIREÇÃO-GERAL DE ENERGIA E GEOLOGIA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face ao parecer emitido pelo Chefe da UUPOTEP, o acolhimento da possibilidade de no procedimento da Revisão do Plano Diretor Municipal em curso ser equacionada a definição de novas Áreas de Reserva de Expansão de Indústria Extrativa e que abranjam a área em causa, permitindo assim viabilizar a exploração, levando obviamente em consideração todos os impactes passíveis de serem avaliados (Estudo de avaliação de impacte ambiental). Mais deliberou dar conhecimento da presente deliberação à Direção Geral de Energia e Geologia.-----

-----**INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO**-----

-----**VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO**-----

----- Questionou se a proposta apresentada era uma carta de conforto para a Sifucel e se esta matéria não teria mesmo de ser consagrado no âmbito da revisão do Plano Diretor Municipal, dado que se trata de uma zona do 1º setor de extração mineira.-----

-----**VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO**-----

----- Sobre este assunto referiu que os recursos minerais e geológicos no concelho de Rio Maior têm uma tal dimensão que marcam social e economicamente, e tem que se pensar que irá haver um momento em que chegará o seu fim, apesar destes recursos serem uma marca de muitos anos de exploração comercial, mas antes que isso aconteça tem de se juntar todas as possibilidades de exploração de todas as empresas do município, salvaguardando o interesse público, mas sempre no intuito de viabilizar a exploração destes recursos, para que possam operar, assegurando assim a viabilidade económica e financeira das empresas. Disse ainda que em sede de revisão do PDM é uma necessidade imperiosa repensar todas estas questões, e pensa que a análise das zonas de expansão da exploração de areias vai ser tida em conta, daí questionar qual o objetivo deste ponto, salientando que o interesse público tem de ser salvaguardado, assim como as questões paisagísticas, ambientais e de ordenamento do território, bem como as infraestruturas de saneamento e de eletricidade tratando-se de uma zona ainda considerável, no acesso à cidade, junto da EN114 e do Nó da A15, questionando também se não se estaria a comprometer esta requalificação. Referiu ainda que por vezes se fala que Rio Maior precisa de uma aposta estratégica dos recursos geológicos, unindo salinas, areeiros e todo o património mineiro, referindo que apesar de ser da maior importância viabilizar esta empresa, para que mantenha os seus postos de trabalho, mas em simultâneo também manter e potenciar no futuro o que poderá ser o investimento na recuperação do património mineiro e nas indústrias extrativas de caulinos, daí querer perceber a lógica da necessidade do agendamento do presente assunto, uma vez que terá de ser

sempre contemplado no processo de revisão do PDM.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Começou por dizer que os recursos geológicos existem em determinadas zonas e as empresas têm nessas zonas meios e infraestruturas industriais para os tratar e o que se pretendia era passar de uma área de reserva desses recursos para uma área de expansão industrial, opinando que ao analisar o assunto verifica-se a existência de um grande compromisso, que deve existir da parte da autarquia, que é a gestão dos recursos, e não percebia se era fundamental para a empresa este alargamento, e se de facto esta alteração de passar da área de reserva para a área de intervenção industrial, se era necessário e premente para preservar os seus postos de trabalho por compromissos assumidos de natureza comercial, relacionados com a expansão ou com uma situação estratégica da empresa, ou se apenas se trata da valorização daquele património, pois uma coisa é ficarem já com os recursos disponíveis, outra é ficarem com eles sobre reserva, o que na sua opinião fazia toda a diferença. Disse ainda que as duas importantes empresas existentes no concelho de Rio Maior, a Sifucel e a Sibelco, provavelmente terão de se associar à Câmara Municipal de Rio Maior e ajudar a suportar os custos do estudo que tem que ser feito, o qual é fundamental, até para se saber gerir e assim tomar as opções corretas no âmbito do PDM, sendo este um caminho que tem que ser seguido, envolvendo os empresários de forma a que percebam que se trata de gerir recursos que são fundamentais para as empresas, mas também o são para o concelho de Rio Maior. Referiu ainda que há muito a ser gerido, devendo haver todo um trabalho de preparação que tem de ser feito. Indicou o sentido de voto como favorável, com declaração de voto.-----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Sobre esta proposta de deliberação referiu que o assunto surge na sequência de um pedido da empresa para uma concessão de exploração porque em termos de recursos naturais Rio Maior tem areias mais nobres e que podem ser exploradas como recurso mineral. Informou que o licenciamento para pedreira é feito quando se trata de areias comuns como as britas, neste caso como se trata de materiais mais nobres, a concessão pode ser feita em termos do minério, o que tem uma força maior, daí o licenciamento ser no âmbito da Direção Geral de Energia e Geologia, contrariamente ao licenciamento da pedreira. Disse ainda que a Câmara propõem que em sede de revisão do PDM o assunto seja analisado, tendo em consideração os estudos de impacto ambiental, e se não houver inconvenientes, então sim, poderá ser dado parecer favorável, frisando que a Câmara não se está a vincular a um parecer favorável e a uma decisão imediata. Disse também que esta questão valoriza a mais-valia dos depósitos minerais, que em termos de licenciamento, é feito na Direção

Geral de Energia e Geologia.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Quanto ao ponto em discussão referiu que algumas das dúvidas surgiram da falta de conhecimento do que é um Plano Diretor Municipal e do que consta da sua revisão, passando a esclarecer que a Câmara Municipal em tempo oportuno apresentou a proposta da RAN bruta, a qual passado o tempo que a Lei prevê, obteve parecer favorável das respetivas entidades e na revisão do PDM a proposta apresentada da nova carta da RAN está aprovada. Posteriormente procedeu-se á revisão da Reserva Ecológica Nacional, sendo aqui que surgem as questões relativas a geologia e ambiente, e na primeira versão apresentada, foram colocadas algumas observações pela CCDRLVT, estando essa versão a ser revista.-----

Disse também que, de acordo com as regras da REN definidas a nível nacional, cerca de oitenta e sete por cento do território do concelho pode ficar dentro das condicionantes desta, ou seja, a qualquer momento, não se poderá plantar uma árvore no quintal sem que se tenha de solicitar parecer á Comissão de Coordenação, pelo que, se toda esta situação não for devidamente negociada, e já se realizaram inúmeras reuniões sobre esta matéria, o executivo municipal corre o risco de começar a inviabilizar um sem número de atividades fundamentais, económica e financeiramente para o concelho de Rio Maior, nomeadamente na área das pedreiras e dos areiros. Esclareceu que o que estava em causa na proposta apresentada, e que já aconteceu também com a empresa Sibelco, é que em determinada zona haja uma concessão para uma hipotética exploração, apesar de não ser no imediato. Salientou que Rio Maior, felizmente, tem duas empresas do topo nacional/mundial que são a Sifucel e a Sibelco, pois cerca de noventa e cinco por cento da areia é exportada para toda a Europa e Norte de África, implicando uma receita de muitos milhões de euros mensais e também a criação de centenas de postos de trabalho diretos e indiretos, sendo situações que devem ser muito bem ponderadas. Recordou também que há mais de quinze anos foram surgindo buracos por todo o concelho, nomeadamente junto da empresa Caves D. Teodósio, junto ao IC2 e em Arrouquelas que na época da Expo 98, porque foi necessário matéria-prima para o avanço daquela obra, situação que é válida para pedreiras e areiros. Opinou que a Câmara deve autorizar a concessão e na revisão do PDM todo este processo será devidamente acompanhado, referindo também que poderá não ser aceite o pedido apresentado pela empresa.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- De novo no uso da palavra referiu que o que estava em causa não era o reconhecimento da importância e a qualidade dos caulinos, até porque para o futuro

desenvolvimento do concelho de Rio Maior é da maior importância firmar essa exploração, não só o geoparque mas tudo o que está associado à Lei dos inertes dado que Rio Maior, desde mil novecentos e noventa e nove, está ser prejudicado porque a referida Lei ainda não foi regulamentada. Salientou que ninguém quer que a empresa encerre ou reduza a sua atividade e disse que este executivo respondeu a uma pretensão que convinha clarificar, pois já houve um parecer desfavorável a um anterior pedido, opinando que se está a apressar a segurança de uma empresa e questionou se isso se enquadraria na Lei da concorrência.-----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- De novo no uso da palavra esclareceu que um pedido de concessão é feito na Direção Geral de Energia e Geologia e qualquer empresa o pode fazer e ninguém pode ser responsabilizado pelo facto de ser a Sifucel, nesta data, a fazer o pedido, sendo todo o processo desencadeado pela citada Direção Geral, tratando-se de um processo que não depende da Câmara Municipal de Rio Maior.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Retomando o uso da palavra opinou que a Câmara ao viabilizar este pedido está a dar preferência a quem fez o pedido.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- De novo uso da palavra referiu que o que estava em causa era um pedido de parecer da Direção Geral de Energia a quem compete analisar se a empresa tem legitimidade para efetuar o pedido e a Câmara só tem que responder a esta entidade, independentemente da empresa que o solicite e opinou que o parecer apresentado está bem instruído.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Voltou a usar da palavra para dizer que, as empresas Sifucel e Sibelco têm zonas de exploração claramente definidas pela Direção Geral e também salientou que os recursos não são ilimitados, e uma das empresas que está no mercado antecipou-se com toda a legitimidade que a Lei lhe permite e apresentou o pedido, assim como qualquer outra empresa o poderia ter feito instalada ou não no concelho de Rio Maior, e os procedimentos seriam rigorosamente iguais.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com uma abstenção do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo.-----

----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida subscrita pelos Vereadores Daniel Alexandre Pulquério Pinto, Carlos Fernando Frazão Correia e Presidente da Câmara**, que se transcreve na íntegra:-----

----- “Votei favoravelmente esta proposta porque da forma que o parecer está emitido, possibilita à Câmara Municipal de Rio Maior, em tempo oportuno, na revisão do PDM,

defender sempre os superiores interesses do concelho.”-----

----- **PONTO XVIII - CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE SÃO JOÃO BATISTA – ATRIBUIÇÃO DE APOIO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é atribuir um apoio ao Centro Social Paroquial de São João Batista, no montante de 5.000,00€ (cinco mil euros), nos termos da informação emitida. -----

----- Sobre este assunto referiu ainda que era um apoio para aqueles que são também os parceiros da autarquia e que nos diferentes lugares das suas freguesias e onde é necessário vão fazendo obras. Salientou a intervenção cívica que o Centro Social e Paroquial faz e que é do conhecimento de todos.-----

-----**INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- Declaração de Voto do **Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo**, que se transcreve na íntegra:-----

----- “Nós votámos a favor porque estas instituições têm um papel relevante na dinamização do tecido social riomaiorense e aproveito para dar os parabéns ao Centro Social que primeiro faz a obra e depois é que pede.”-----

----- **PONTO XIX - DOAÇÃO DE COLEÇÃO DE MEDALHAS DE ANTÓNIO MACHADO FELICIANO JÚNIOR** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da informação emitida, aceitar a doação da coleção de medalhas de António Machado Feliciano Júnior. -----

-----**INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- Declaração de Voto do **Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo**, que se transcreve na íntegra:-----

----- “Votámos a favor desta aceitação de doação que é uma forma inteligente de valorizar cada um dos riomaiorenses e era a altura de fazer ainda mais esforços no sentido de conseguir que o meu mestre António Feliciano pudesse doar outras das suas coleções, quer ao nível dos slides, quer ao nível dos postais, quer ao nível de uma infinidade de coleções que ele tem que se não forem preservadas pelas entidades será um património que se perderá para sempre, daí que aproveite esta declaração de voto para solicitar ao executivo que faça ainda mais esforços no sentido

do seu convencimento, sabendo bem que ele é muito teimoso, mas a teimosia só existe se existirem dois.”-----

----- **PONTO XX - PROGRAMA PEDAGÓGICO 2016/2017 – DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA OS ENSINOS PRÉ-ESCOLAR, BÁSICO, SECUNDÁRIO E PROFISSIONAL DO CONCELHO DE RIO MAIOR** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é em face da informação emitida, e no âmbito da alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, aprovar o Programa Pedagógico para o ano letivo 2016/2017, com a oferta de ações a desenvolver nos estabelecimentos de ensino pré-escolar, básico, secundário e profissional do concelho. -----

-----**INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO**-----

----- Quanto a este assunto referiu que este programa tem como objetivo a implementação de atividades com vista à promoção da educação no concelho de Rio Maior, não sendo nada mais, nada menos que o congregar das diferentes atividades promovidas por vários setores do município que atuam e colaboram com as escolas nos diferentes níveis de ensino, desde o pré-escolar até ao secundário e profissional, passando pela Educação, Ambiente, Juventude, Biblioteca, Património Cultural, Desportivo e ainda ações desenvolvidas nas escolas pela Proteção Civil, de dois em dois anos. Disse ainda que o documento em apreciação também engloba as atividades de diferentes parceiros do município, como a CPCTJ, o CLDS 3ªG e associações juvenis, referindo o importante papel desenvolvido junto dos jovens pela Associação Juvenil Atuação e de que todos se devem orgulhar, dado as ações que promovem, o seu dinamismo e a riqueza que aquele grupo de jovens encerra em si e que tem posto à disposição dos alunos das escolas. Aditou que o presente documento também engloba atividades relacionadas com parcerias com a Universidade de Coimbra, já desenvolvidas nas escolas como sendo as atividades englobadas num projeto que a seu tempo também será presente à Câmara denominado “A ciência no rio”, uma forma de organizar e congregar tudo aquilo que é feito ao nível do município e também com outras instituições do concelho e fora dele. Também a Valorsul e a Suma se encontram espelhadas na sua ação de valorização e formação das crianças e jovens. Informou ainda que se encontram a decorrer atividades promovidas pelo CLDS 3ªG destinadas a jovens do ensino secundário e profissional, salientando a importância das mesmas para a sua valorização e segundo informação de que dispunha estas têm sido muito bem sucedidas. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Referiu que a proposta apresentada era a adequação de tudo o que estava disperso na Unidade de Educação, Cultura e Valorização do Capital Humano, sendo uma proposta de coordenação, com tudo devidamente monitorizado para não permitir a dispersão que não é facilitadora da gestão de recursos, nem da apreciação das competências, apesar de alguns aspetos que nela aparecem fazerem colocar em dúvida se esta foi ou será a melhor divisão administrativa, mas o que estava em questão era permitir que esta unidade seja devidamente organizada, ter uma hierarquia e permitir a monitorização do que cada um faz. Indicou o sentido de voto como favorável.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Começou por felicitar a Vereadora Ana Figueiredo, a Dra. Sandra Serrão e a Dra. Lurdes Violante por este importante trabalho que ajudou a colocar alguma ordem em todas as situações dispersas.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Nos termos do nº 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião.-----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram doze horas e cinco minutos, a Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Maria da Luz Carreira Farelo, Coordenadora Técnica, que a redigi.-----

A PRESIDENTE DA CÂMARA:_____

A COORDENADORA TÉCNICA:_____